



BARBACENA, SEXTA-FEIRA, 26 DE ABRIL DE 2019

### PODER EXECUTIVO

Prefeito: *Luís Álvaro Abrantes Campos*

### SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E GESTÃO - SEPLAN

Secretário: *Aderbal Neves Calmeto*

### AVISO DE LICITAÇÃO

PREFEITURA MUNICIPAL DE BARBACENA. PE 003/2019 – PRC 006/2019. OBJETO: aquisição de veículo zero Km tipo viatura policial. Abertura: 16/05/2019 14:00 horas. Informações: licitacao@barbacena.mg.gov.br, www.bll.org.br. Maria Ap. Eugenia. Gerente de Licitação.

### EXTRATO DE TERMO DE AUTORIZAÇÃO DE USO

Extrato de Termo de Autorização de Uso de Espaço Público nº 002/2019. Autorizante: Município de Barbacena - CNPJ nº 17.095.043/0001-09, através da Secretaria Municipal de Educação, Desporto e Cultura - SEDEC. Autorizada: ISAUARA BERTOLIN DE PAIVA TRANSPORTADORA CANAÃ ABP EIRELI - ME, inscrita no CNPJ sob o nº 01.105.906/0001-33. Processo Seletivo Simplificado nº 003/2019. Objeto: Autorização de uso de espaço público, em caráter precário, mediante remuneração ao Município, destinado à instalação de barracas para exploração de atividade econômica (comércio de acessórios, alimentação, artesanato, brinquedos, calçados, cama, mesa e banho, eletrônicos e eletrodomésticos, panelas e utensílios, roupas e lazer), durante o 55º Jubileu de São José, no Bairro São José, em Barbacena/MG, entre os dias 21 de abril e 1º de maio de 2019. Valor a título de autorização: R\$ 179.100,00 (cento e setenta e nove mil e cem reais). Data de Assinatura: 03/04/2019. Nome das partes que assinam: Luís Álvaro Abrantes Campos (Prefeito Municipal), Luiz Carlos Rocha de Paula (Secretário Municipal de Educação, Desporto e Cultura - SEDEC), e André Bertolin de Paiva (Autorizada).

Publique-se na forma da lei  
*Marcela Campos Zaidan Fernandes*  
Secretária Municipal de Governo

### SERVIÇO DE ÁGUA E SANEAMENTO - SAS

Diretor: *Bruno Moreira Mota*

### EXTRATO DE PORTARIAS

O Diretor-Geral do Serviço de Água e Saneamento (SAS), no uso das atribuições do seu cargo, nos termos do art. 17, XIII, da Lei Municipal nº 4.382, de 24/10/2011,RESOLVE:

PORTARIA Nº. 056/2019 - Art. 1º NOMEAR Comissão Especial para concluir laudos de concessão de gratificação de insalubridade a servidores do SAS.Art. 2º DESIGNAR os servidores abaixo relacionados para comporem a referida Comissão:I) Roberto César Campos de Resende, mat 1510, que a presidirá;II) Daniel Salgarello, mat 204 e;III ) José Carlos Machado, mat 174.Art. 3º A referida comissão deverá se necessário requerer a colaboração do engenheiro de segurança do trabalho da Prefeitura Municipal Victor César Silva Vasques para elaboração ou retificação do Programa de Prevenção de Riscos Ambientais ou de quaisquer outros documentos técnicos necessários para a conclusão dos trabalhos no prazo fixado.Art. 4º DETERMINAR que a comissão terá o prazo de 30 dias para apresentar o relatório completo à Diretoria Geral.Art. 5º DISPOR que a presente Portaria entre em vigor na data de sua publicação.Barbacena, 25 de Abril de 2019.Bruno Moreira Mota.DIRETOR GERAL DO SAS.

O Diretor-Geral do Serviço de Água e Saneamento (SAS), no uso das atribuições do seu cargo, nos termos do art. 17, XIII, da Lei Municipal nº 4.382, de

24/10/2011,RESOLVE:

PORTARIA Nº 057/2019 - Art. 1º INSTITUIR Comissão destinada à redistribuição das grades nas rotas de leitura e atualização desses dados no sistema MGF. Art. 2º DESIGNAR os servidores abaixo relacionados para comporem a referida Comissão: I) Paula Cristina Cimino, mat. 1085, que a presidirá;II) Paulo Sérgio de Oliveira, mat. 148; III) Domingos Sávio Portes Júnior, mat.112; IV) Guilherme Augusto Pereira, mat. 943; V) Flávio Lúcio de Paula Gonzaga, mat. 203, Art. 3º DETERMINAR que a comissão terá até dia 30/05/2019 para apresentar o relatório completo com a conclusão dos trabalhos à Diretoria Administrativa e Financeira. Art. 4º DISPOR que a presente Portaria entre em vigor na data de sua publicação.Barbacena, 25 de Abril de 2019. Bruno Moreira Mota .DIRETOR GERAL DO SAS.

Publique-se na forma da lei  
*Marcela Campos Zaidan Fernandes*  
Secretária Municipal de Governo

### SISTEMA MUNICIPAL DE PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA AO SERVIDOR - SIMPAS

Diretor: *Leandro Lombardi Campos*

### EXTRATO DE PORTARIA

LEANDRO LOMBARDI CAMPOS, DIRETOR DO SISTEMA MUNICIPAL DE PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA AO SERVIDOR – SIMPAS, NOMEADO PELO DECRETO DE 19 DE FEVEREIRO DE 2019 EM CONFORMIDADE COM A SEÇÃO III, ARTIGO 7º, DA LEI DELEGADA Nº 57 DE 13 DE MAIO DE 2013, EM PLENO EXERCÍCIO DE SEU CARGO E NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES,RESOLVE:

PORTARIA Nº 06/2019 - Retificar a Portaria nº 08/2018 para nela constar: "Conceder pensão por morte de acordo com o art. 229, I, a, da Lei Municipal nº 3.245/95, à beneficiária Walquíria Regina do Nascimento Moreira, CPF nº 041.095.816-64, e de acordo com o art. 229, II, a, da Lei Municipal nº 3.245/95, ao beneficiário Samuel Carlos do Nascimento Moreira, CPF nº 020.844.046-14, ambas fundamentadas constitucionalmente pelo art. 40, § 7º, inciso I da Constituição Federal, com redação dada pela EC nº 41/2003, sendo os beneficiários cônjuge e filho, respectivamente, do servidor aposentado Francisco Moreira, CPF nº 397.291.507-10, matrícula nº 26234, conforme parecer nº 432/2018 exarado pela Consultoria Geral do Município, com efeito retroativo à data do óbito ocorrido em 22/04/2018. Barbacena, 22 de maio de 2018."Barbacena, 26 de abril de 2019.Leandro Lombardi Campos.Diretor do Simpas.

Publique-se na forma da lei  
*Marcela Campos Zaidan Fernandes*  
Secretária Municipal de Governo

### CONSELHOS MUNICIPAIS

#### CONSELHO MUNICIPAL DO IDOSO - CMID

Presidente: Michael Lemos de Castro Militão

#### EXTRATO DE RESOLUÇÕES

Resolução do CMID nº 008/2019, de 22 de Abril de 2019. "Dispõe sobre a Conferência Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa". O Conselho Municipal do Idoso – COMID, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Municipal Nº 3742, de 11 de Abril de 2003 Lei Delegada 67 e Decreto Municipal 7510/2013 e Ata 074 da reunião ordinária do dia 22 de Abril de 2019; Considerando que o Conselho Municipal do Idoso é órgão responsável por formular, coordenar, supervisionar e avaliar a política pública para idoso entre outras competências determinadas no Art 1º da lei Municipal nº 3742 de 11 de Abril de 2003; Resolve, Art. 1º – Definir o dia 31 de Maio de 2019, para a realização da Conferência Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa de Barbacena-MG; Art. 2º – As despesas da realização

da Conferência Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa serão custeadas por dotações orçamentárias próprias e/ou suplementares da Prefeitura Municipal de Barbacena. Art.3º – As inscrições para a Conferência Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa serão feitas em link disponibilizado no site da Prefeitura Municipal de Barbacena e/ou na Coordenadoria de Apoio aos Conselhos Municipais – CAC. Art.4º – Fica Constituída a Comissão Organizadora, sob a coordenação da Presidência, que será responsável por organizar, implementar e acompanhar o desenvolvimento das atividades da Conferência Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa. Art.5º - A Comissão será instituída por resolução própria e deverá ser paritária entre representantes da sociedade civil e representantes governamentais. Art.6º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário. Michael Lemos de Castro Militão - Presidente do Conselho Municipal do Idoso – CMID.

Resolução do CMID nº 009/2019, de 22 de Abril de 2019. "Dispõe sobre a Comissão Organizadora da Conferência Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa". O Conselho Municipal do Idoso – CMID, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Municipal Nº 3742, de 11 de Abril de 2003 Lei Delegada 67 e Decreto Municipal 7510/2013 e Ata 074 da reunião ordinária do dia 22 de Abril de 2019; Considerando que o Conselho Municipal do Idoso é órgão responsável por formular, coordenar, supervisionar e avaliar a política pública para idoso entre outras competências determinadas no Art 1º da lei Municipal nº 3742 de 11 de Abril de 2003; Resolve, Art. 1º – A Comissão Organizadora da conferência Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa sera constuída pelos representantes: I – Michael Lemos de Castro Militão – Representante Governamental. II – Marilene Rocha – Representante Governamental. III - Eliza Maria de Lurdes – Representante da Sociedade Civil. IV - Maria Imaculada de Oliveira Ribeiro – Representante da Sociedade Civil. Art.2º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário. Michael Lemos de Castro Militão - Presidente do Conselho Municipal do Idoso – CMID.

#### CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE – CMDCA

Presidente: *Luiz Henrique Alves Donato*

#### EXTRATO DE RESOLUÇÃO

RESOLUÇÃO Nº. 064 DE 16 DE ABRIL DE 2019. Dispõe sobre o Edital 001/2019 do Processo de Escolha Unificado dos membros do Conselho Tutelar do Município de Barbacena/MG, referente ao mandato 2020/2023. O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA, no uso de suas atribuições conferidas pelos artigos 90 e 91 da Lei Federal nº. 8.069/90 – Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA, da Lei Municipal nº. 3.740/03, da Resolução 139 do Conselho Nacional dos Direitos da Criança do Adolescente – CONANDA e da deliberação lavrada na ata nº 289, de 16 de abril de 2019, RESOLVE: Art. 1º – Tornar público o Edital do Processo de Escolha Unificado para membros do Conselho Tutelar do Município de Barbacena/MG, para o exercício do mandato 2020/2023. Art. 2º – Tornar, o Edital do Processo de Escolha Unificado para membros do Conselho Tutelar do Município de Barbacena/MG, parte integrante desta Resolução, conforme Anexos I; II; III e IV. Art. 3º – Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação. Barbacena, 16 de abril de 2019. Luiz Henrique Alves Donato - Presidente do CMDCA.

ANEXO I  
EDITAL nº.: 001/2019  
ELEIÇÃO DO CONSELHO TUTELAR

#### 1. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS:

1.1. O processo de escolha dos membros do Conselho



### BARBACENA, SEXTA-FEIRA, 26 DE ABRIL DE 2019

Tutelar do Município de Barbacena/MG para o mandato 2020/2023, é regido por este edital, aprovado pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Barbacena/MG, em conformidade com as disposições do Estatuto da Criança e do Adolescente, da Lei Municipal nº 3.740/2003 e da Resolução CO-NANDA nº 170/2014.

1.2. A Comissão Organizadora designada pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, composta paritariamente dentre os membros da sociedade civil e dos representantes governamentais do aludido Conselho, conforme Resolução Nº 63/19, é a responsável por toda a condução do processo de escolha.

1.2.1. São impedidos de participar da mesma Comissão Organizadora os cônjuges, companheiros, mesmo que em união homo afetiva, ou parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, estendendo-se esse impedimento ao membro da Comissão Organizadora em relação aos candidatos ao cargo de conselheiro tutelar.

1.3. Todo o processo de escolha dos conselheiros tutelares será realizado sob a fiscalização do Ministério Público, o qual terá ciência de todos os atos praticados pela Comissão Organizadora para garantir a fiel execução da Lei e deste edital.

1.4. O processo destina-se à escolha de 05 (cinco) membros titulares e suplentes, para composição do Conselho Tutelar, para o mandato de 04 (quatro) anos, permitida uma recondução, mediante novo processo de escolha.

1.5. Das atribuições do Conselho Tutelar:

1.5.1. O Conselho Tutelar é órgão permanente e autônomo, não jurisdicional, encarregado pela sociedade de zelar pelo cumprimento dos direitos da Criança e do Adolescente, cumprindo as atribuições previstas, especialmente, no Estatuto da Criança e do Adolescente, artigos 95 e 136, dentre outras normas de tutela da infância e juventude.

1.6. Da Remuneração e dos Direitos Sociais:

1.6.1. O conselheiro tutelar faz jus ao recebimento pecuniário mensal no valor equivalente cargo A-30 (Oficial de Administração) da Prefeitura Municipal de Barbacena, sendo-lhe assegurado os direitos sociais previstos na Lei Federal nº 8.069/90 e na Lei Municipal nº 3.740/2003

1.6.2. Se o servidor municipal for eleito para o Conselho Tutelar, poderá optar entre o valor da remuneração do cargo de conselheiro ou o valor de seus vencimentos incorporados, ficando-lhe garantidos:

I - O retorno ao cargo, emprego ou função que exercia, assim que findo o seu mandato;  
II - A contagem do tempo de serviço para todos os efeitos legais, exceto para promoção por merecimento.

1.7. Da Função e Carga Horária:

1.7.1. O funcionamento do Conselho Tutelar será de 08:00h às 18:00h ficando sempre, no mínimo, 1 (um) Conselheiro de plantão domiciliar nos demais dias e horários.

1.7.2. A função de conselheiro tutelar é de dedicação exclusiva, sendo incompatível com o exercício de outra função pública ou privada.

1.7.3. O exercício da função de conselheiro tutelar não configura vínculo empregatício ou estatutário com o município.

#### 2. DOS REQUISITOS PARA A CANDIDATURA:

2.1. O cidadão que desejar candidatar-se à função de conselheiro tutelar deverá atender as seguintes condições:

I - ser pessoa de reconhecida idoneidade moral, comprovada por folhas e certidões de antecedentes cíveis e criminais expedidas pela Justiça Estadual e atestado de antecedentes "nada consta" fornecido pela Secretaria de Segurança Pública do Estado de Minas Gerais; e, a ser entregue no ato da posse

II - ter idade superior a vinte e um anos, comprovada por meio da apresentação do documento de identidade ou por outro documento oficial de identificação;

III - residir no município há pelo menos 3 (três) anos, comprovado por meio da apresentação de conta de água, luz ou telefone fixo, com prazo de vencimento

não superior a três meses;

IV - comprovar, por meio da apresentação de Diploma, Histórico Escolar ou Declaração de Conclusão de Curso, emitido por entidade oficial de ensino, ter concluído o ensino médio, até o dia da posse;

V - estar no gozo de seus direitos políticos, comprovados pela apresentação do título de eleitor e comprovante de votação da última eleição ou certidão fornecida pela Justiça Eleitoral, constando estar em dia com as obrigações eleitorais;

VI - apresentar quitação com as obrigações militares (no caso de candidato do sexo masculino);

VII - não ter sido penalizado com a destituição da função de conselheiro tutelar, nos últimos cinco anos, em declaração firmada pelo candidato;

VIII - comprovar experiência de atuação em atividades ligadas à promoção, defesa e atendimento dos Direitos da criança e do adolescente, em declaração firmada pelo candidato, por meio de formulário próprio, em que conste a atividade desenvolvida, o tomador do serviço (pessoa física ou jurídica) e o período de atuação, conforme modelo disponibilizado pelo CMDCA. Para efeito desta Resolução, considera-se como experiência as atividades desenvolvidas por:

- Professores, especialistas em educação (pedagogos), diretores e coordenadores de escola, bibliotecários, auxiliares de secretaria, monitores;
- Profissionais do Programa Estratégia Saúde da Família, auxiliares de enfermagem.

- Profissionais da assistência social, como assistentes sociais, psicólogos, educadores sociais e outros que atuam em Projetos, Programas e Serviços voltados ao atendimento de crianças, adolescentes e famílias;

- Prestadores de Serviços ou voluntários de entidades não-governamentais legalmente constituídas que atuam na defesa dos direitos e no atendimento de crianças e adolescentes.

#### 3. DAS ETAPAS DO PROCESSO DE ESCOLHA:

3.1. O processo de escolha dos membros do Conselho Tutelar será realizado em cinco etapas:

I) Inscrição dos candidatos, a partir da análise dos requisitos do item 2 deste edital;

II) Curso de Capacitação para os candidatos;

III) Prova de aferição de conhecimento sobre os Direitos da Criança e do Adolescente;

IV) Processo de escolha mediante sufrágio universal e direto, pelo voto facultativo e secreto dos eleitores do Município de Barbacena.

#### 4. DA 1ª ETAPA DO PROCESSO DE ESCOLHA – INSCRIÇÃO DOS CANDIDATOS:

4.1. A inscrição do candidato implicará o conhecimento e a tácita aceitação das condições do processo, tais como se acham definidas neste edital, acerca das quais não poderá alegar desconhecimento.

4.2. Antes de efetuar a inscrição, o candidato deverá conhecer o edital e certificar-se de que preenche todos os requisitos exigidos para a investidura na função de conselheiro tutelar.

4.3. As inscrições ficarão abertas no horário de 9:00 às 11:00 horas e das 14:00 às 16:00 horas no período de 13/05 a 14/06

4.4. As inscrições serão feitas no endereço: Praça Conde de Prado s/n, centro, Barbacena, Coordenadoria de Apoio aos Conselhos (CAC)

4.5. No ato de inscrição o candidato, pessoalmente ou por meio de procuração, deverá:

a) preencher requerimento, em modelo próprio que lhe será fornecido no local, no qual declare atender as condições exigidas para inscrição e se submeter às normas deste edital;

b) apresentar original ou fotocópia de documento de identidade de valor legal no qual conste filiação, retrato e assinatura;

c) apresentar os documentos exigidos no item 2.1 deste edital.

d) em relação ao item 2.1 I, a critério da Comissão Organizadora, a comprovação da idoneidade moral, no âmbito pessoal, familiar e profissional, poderá ser complementada por meio de informações coletadas junto a pessoas e instituições da comunidade local.

4.6. A ausência de qualquer dos documentos solicita-

dos acarretará o indeferimento da inscrição.

4.7. A qualquer tempo poder-se-á anular as inscrições, as provas e/ou nomeação do candidato, caso se verifique qualquer falsidade nas declarações e/ou qualquer irregularidade nas provas e/ou documentos apresentados.

4.8. Das Regras sobre Recondução e Impedimento para participar do Processo de Escolha Unificado – 2019

4.8.1. Os conselheiros tutelares são eleitos para o exercício de mandato de 4 anos, permitida uma única recondução, mediante novo processo de escolha, sendo vedado, portanto, o exercício do terceiro mandato consecutivo.

4.8.2. Em casos de conselheiros tutelares que tenham exercido dois mandatos consecutivos, mas de forma incompleta, incide a regra do art. 6º, § 2º, da Res. Conanda nº 170/2014, que veda a participação, no processo de escolha subsequente, do conselheiro tutelar titular que tiver exercido o cargo por período consecutivo superior a um mandato e meio.

4.8.3. Considerando que o mandato legal do conselheiro tutelar é de 4 anos (art. 132 da Lei nº 8.069/90), considera-se, para fins de recondução, que estará impedido de se recandidatar ao cargo aqueles conselheiros que tiverem exercido a função, como titulares, por prazo superior a 06 (seis) anos em dois mandatos consecutivos.

4.9. A relação nominal dos candidatos, cuja inscrição for deferida, será publicada no site oficial do município e na sede do Conselho Tutelar, do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA) e do Centro de Apoio aos Conselhos Social (CAC), com cópia para o Ministério Público.

#### 5. DA 2ª ETAPA DO PROCESSO DE ESCOLHA – CURSO DE CAPACITAÇÃO:

5.1 O Curso de Capacitação para os candidatos à Conselheiro Tutelar será realizado em 2 módulos, nos dias, horários e local a serem definidos e informados pelo CMDCA posteriormente, com certificado de 16 (dezesesseis) horas, constituindo-se requisito fundamental para finalização da próxima etapa que será a prova de conhecimentos específicos.

5.1.1 O dia, horário e local a serem informados, sobre o curso de capacitação, será divulgado em todos os locais que o edital foi publicado com antecedência mínima de 10 (dez) dias úteis da realização do mesmo.

#### 6. DA 3ª ETAPA DO PROCESSO DE ESCOLHA - PROVA DE AFERIÇÃO DE CONHECIMENTO

6.1 A prova de aferição de conhecimento, de caráter eliminatório, versará sobre artigos do Estatuto da Criança e do Adolescente e sua alterações, conterá 20 (vinte) questões objetivas, 10 (dez) questões de interpretação de texto valendo 1.0 (um) ponto cada, num total de 30 (trinta) pontos e 1 (uma) Redação valendo 10 (dez) pontos. A duração da Prova com a Redação será de 4 (quatro) horas.

a) Só será corrigida a Redação do candidato que obtiver o mínimo de 60% (sessenta por cento) ou seja no mínimo 18 (dezoito) pontos na prova de aferição de conhecimento.

b) A Redação também de caráter eliminatório valerá 10 (dez) pontos e o candidato será considerado aprovado que obtiver nota igual ou superior a 7 (sete).

6.2 A prova de aferição de conhecimentos será realizada no dia na Escola Municipal Padre Sinfrônio de Castro - Praça Dr. Jardim - São José - Barbacena - MG - CEP: 36205-022, perto do IF Sudeste. com início às 9:00 (nove) horas e término às 13:00 (treze) horas.

6.3 É de responsabilidade da banca examinadora – Associação dos Municípios da Microregião da Mantiqueira (AMMA) a elaboração e aplicação da prova de aferição de conhecimento, sendo que sua aplicação contará com o suporte, dentro de suas atribuições, da Comissão Eleitoral designada pelo CMDCA, conforme Resolução 063/19.

6.4 É de responsabilidade do candidato acompanhar nos locais onde o edital for publicado eventuais alterações no que diz respeito ao dia, horário e local de realização das provas.





## BARBACENA, SEXTA-FEIRA, 26 DE ABRIL DE 2019

6.5 Os candidatos deverão comparecer ao local da prova com antecedência mínima de 30 (trinta) minutos da hora marcada para o seu início, munidos de lápis, borracha, caneta esferográfica de tinta azul ou preta, protocolo de inscrição e de documento oficial de identidade.

6.6 No momento da prova não será permitida consulta a textos legais nem tampouco à doutrina sobre a matéria.

6.7 Em hipótese alguma haverá prova fora do local e horário determinados, inclusive segunda chamada.

6.8 Será excluído do processo de escolha o candidato que, por qualquer motivo, faltar às provas ou, durante a sua realização, for flagrado comunicando-se com outro candidato ou com pessoas estranhas, por gestos, oralmente, por escrito, por meio eletrônico.

6.9 Será automaticamente excluído do processo de escolha o candidato que não devolver a folha oficial de respostas ou devolvê-la sem assinatura.

6.10 O candidato, com deficiência, que necessitar de qualquer tipo de condição especial para a realização das provas deverá solicitá-la, por escrito, no ato da inscrição, indicando os recursos especiais materiais e humanos necessários, o qual será atendido dentro dos critérios de viabilidade e razoabilidade.

6.11 A candidata inscrita em fase de amamentação que sentir necessidade de amamentar durante o período de realização da prova, deverá levar um acompanhante, que ficará com a criança em sala reservada, determinada pela Comissão Organizadora. Durante o processo de amamentação a candidata será acompanhada apenas por uma fiscal, devendo o acompanhante retirar-se da sala.

6.11.1 Pela concessão à amamentação, não será concedido qualquer tempo adicional à candidata lactante para realização da prova.

6.12 O gabarito será divulgado pela Comissão Organizadora em até 24 horas da realização da prova de conhecimento, sendo publicado no site oficial do município, na sede do Conselho Tutelar, do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA) e na Coordenadoria de Apoio aos Conselhos Social (CAC).

6.13 Serão aprovados aqueles que atingirem no mínimo 60% da pontuação total atribuída à prova e 70% da redação;

6.14 A relação dos candidatos aprovados será publicada no Site Oficial do Município e a na sede do Conselho Tutelar, do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA), e na Coordenadoria de Apoio aos Conselhos Social (CAC), e constará o dia, local e horário em que cada candidato será submetido à avaliação psicológica, com cópia para o Ministério Público.

### 7. DA 4ª ETAPA DO PROCESSO DE ESCOLHA – ELEIÇÃO DOS CANDIDATOS:

#### 7.1. Da reunião que autoriza a campanha eleitoral

7.1.1. Em reunião própria, a Comissão Organizadora deverá dar conhecimento formal das regras do processo eleitoral aos candidatos habilitados, que firmarão compromisso de respeitá-las, bem como reforçar as disposições deste edital, no que diz respeito notadamente:

- aos votantes (quem são, documentos necessários etc.);
- às regras da campanha (proibições, penalidades etc.);
- à votação (mesários, presidentes de mesa, fiscais, prazos para recurso etc.);
- à apresentação e aprovação do modelo de cédula a ser utilizado;
- à definição de como o candidato deseja ser identificado na cédula (nome, nome social, codinome ou apelido etc.);
- à definição do número de cada candidato;
- aos critérios de desempate;
- aos impedimentos de servir no mesmo Conselho, nos termos do artigo 140 do ECA;
- à data da posse.

7.1.2. A reunião será realizada independentemente do número de candidatos presentes.

7.1.3. O candidato que não comparecer à reunião

acordará tacitamente com as decisões tomadas pela Comissão Organizadora e pelos demais candidatos presentes.

7.1.4. A reunião deverá ser lavrada ata, na qual constará a assinatura de todos os presentes.

7.1.5. No primeiro dia útil após a reunião, será divulgada a lista definitiva dos candidatos habilitados, constando nome completo de cada um, com indicação do respectivo número e do nome, codinome ou apelido que será utilizado na cédula de votação, sendo publicada no Site Oficial do Município, na sede do Conselho Tutelar, do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA), no Centro de Apoio aos Conselhos Social (CAC)

#### 7.2. Da Candidatura

7.2.1 A candidatura é individual e sem vinculação a partido político, grupo religioso ou econômico.

7.2.2. É vedada a formação de chapas de candidato ou a utilização de qualquer outro mecanismo que comprometa a candidatura individual do interessado;

#### 7.3. Dos Votantes

7.3.1. Poderão votar todos os cidadãos maiores de dezesseis anos inscritos como eleitores no município;

7.3.2. Para o exercício do voto, o cidadão deverá apresentar-se no local de votação munido de seu título de eleitor e documento oficial de identidade;

7.3.3. Cada eleitor deverá votar em apenas 01(um) candidato.

7.3.4. Não será permitido o voto por procuração.

#### 7.4. Da Campanha Eleitoral

7.4.1. A campanha eleitoral terá início no dia em que for publicada a lista referida no item 7.1.5 deste edital.

7.4.2. Os candidatos poderão promover as suas candidaturas junto a eleitores, por meio de debates, entrevistas, e propaganda gratuita na internet e nas redes sociais

7.4.3. As instituições (escola, Câmara de Vereadores, CRAS, rádio, igrejas) que tenham interesse em promover debates com os candidatos deverão formalizar convite a todos aqueles que estiverem aptos a concorrer ao cargo de conselheiro tutelar, com normas estabelecidas pela Comissão Organizadora, devendo ser feita solicitação com prazo de até 72 horas de antecedência.

7.4.4. Cabe a Comissão Organizadora estabelecer normas gerais para os debates;

7.4.5. Os debates só ocorrerão com a presença de, no mínimo, 50% candidatos e serão supervisionados pela Comissão Organizadora;

7.4.6. Os debates previstos deverão proporcionar oportunidades iguais aos candidatos nas suas exposições e respostas;

7.4.7. Os candidatos convidados para debates e entrevistas deverão dar ciência do teor deste edital aos organizadores;

7.4.8. A propaganda eleitoral na internet e nas redes sociais deverá ser realizada de forma gratuita e de acordo com as seguintes regras:

I - em site do candidato, com endereço eletrônico comunicado ao CMDCA e hospedado, direta ou indiretamente, em provedor de serviço de internet estabelecido no País;

II - por meio de mensagem eletrônica para endereços cadastrados gratuitamente pelo candidato;

III - por meio de blogs, redes sociais, sites de mensagens instantâneas e aplicações de internet assemelhadas cujo conteúdo seja gerado ou editado por:

- a) candidatos; ou
- b) qualquer pessoa natural, desde que não contrate impulsionamento de conteúdos.

IV - Os endereços eletrônicos das aplicações de que trata este artigo, salvo aqueles de iniciativa de pessoa natural, deverão ser comunicados ao CMDCA, podendo ser mantidos durante todo o pleito eleitoral os mesmos endereços eletrônicos em uso antes do início da propaganda eleitoral. (Incluído pela Lei nº 13.488, de 2017)

V - Não é admitida a veiculação de conteúdos de cunho eleitoral mediante cadastro de usuário de aplicação de internet com a intenção de falsear identidade.

VI - É vedada a utilização de impulsionamento de conteúdos e ferramentas digitais não disponibilizadas pelo provedor da aplicação de internet, ainda que gratui-

tas, para alterar o teor ou a repercussão de propaganda eleitoral, tanto próprios quanto de terceiros

7.4.9. Caberá ao candidato fiscalizar a veiculação da sua campanha em estrita obediência a este edital.

#### 7.5. Das Proibições

7.5.1. É vedada a propaganda, ainda que gratuita, por meio dos veículos de comunicação em geral (jornal, rádio ou televisão), faixas, outdoors, placas, camisetas, bonés e outros meios não previstos neste edital;

7.5.2. É vedado receber o candidato, direta ou indiretamente, doação em dinheiro ou estimável em dinheiro, inclusive por meio de publicidade de qualquer espécie, procedente de:

- entidade ou governo estrangeiro;
- órgão da administração pública direta e indireta ou fundação mantida com recursos provenientes do Poder Público;
- concessionário ou permissionário de serviço público;
- entidade de direito privado que receba, na condição de beneficiária, contribuição compulsória em virtude de disposição legal;
- entidade de utilidade pública;
- entidade de classe ou sindical;
- pessoa jurídica sem fins lucrativos que receba recursos do exterior;
- entidades beneficentes e religiosas;
- entidades esportivas;
- organizações não-governamentais que recebam recursos públicos;
- organizações da sociedade civil de interesse público.

7.5.3. É vedada a vinculação do nome de ocupantes de cargos eletivos (Vereadores, Prefeitos, Deputados etc) ao candidato.

7.5.4. É vedada a propaganda irreal ou insidiosa ou que promova ataque pessoal contra os concorrentes.

7.5.5. É proibido aos candidatos promoverem as suas campanhas antes da publicação da lista definitiva das candidaturas, prevista no item 7.1.5.

7.5.6. É vedado ao conselheiro tutelar promover sua campanha ou de terceiros durante o exercício da sua jornada de trabalho.

7.5.7. É vedado aos membros do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente promover campanha para qualquer candidato.

7.5.8. É vedado o transporte de eleitores no dia da eleição, é garantido o livre acesso aos eleitores em geral.

7.5.9. Não será permitido qualquer tipo de propaganda no local de votação, sendo que a aglomeração de pessoas portando instrumentos de propaganda caracteriza manifestação coletiva, com ou sem utilização de veículos, podendo o candidato ser desclassificado pela Comissão Eleitoral.

7.5.10. É vedado ao candidato doar, oferecer, promover ou entregar ao eleitor bem ou vantagem pessoal de qualquer natureza, inclusive brindes de pequeno valor, tais como camisetas, chaveiros, bonés, canetas ou cestas básicas.

#### 7.6. Das Penalidades

7.6.1. O candidato que não observar os termos deste edital poderá ter a sua candidatura impugnada pela Comissão Organizadora.

7.6.2. As denúncias relativas ao descumprimento das regras da campanha eleitoral deverão ser formalizadas, indicando necessariamente os elementos probatórios, junto à referida Comissão Organizadora e poderão ser apresentadas pelo candidato que se julgue prejudicado ou por qualquer cidadão, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas do fato.

7.6.3. O prazo será computado a partir do encerramento do pleito estabelecido no item 7.6

7.6.4. Considera-se prorrogado o prazo até o primeiro dia útil subsequente se o vencimento cair em feriado ou em finais de semana.

7.6.5. Será penalizado com o cancelamento do registro da candidatura ou a perda do mandato o candidato que fizer uso de estrutura pública para realização de campanha ou propaganda.

7.6.6. A propaganda irreal, insidiosa ou que promova ataque pessoal contra os concorrentes será analisada pela Comissão Organizadora que, entendendo-a irre-



## BARBACENA, SEXTA-FEIRA, 26 DE ABRIL DE 2019

gular, determinará a sua imediata suspensão.

7.7. Da votação

7.7.1. A votação ocorrerá no dia 06 de outubro de 2019, no horário compreendido entre 8:00 (nove) horas e 17:00 (quinze) horas na ASDEF (Associação dos Deficientes Físicos), localizada a Praça Adriano de Oliveira s/n Bairro São José, Às 17 hs do dia da eleição serão distribuídas senhas aos presentes que se encontrarem nas filas de votação, para assegurar-lhes o direito de votar;

a) Somente poderão votar os cidadãos residentes no Município de Barbacena e que se apresentarem munido de seu título de eleitor e documento oficial de identidade com foto

b) Após a identificação, o votante assinará a lista de presença e procederá a votação;

c) O votante que não souber ou não puder assinar, usará a impressão digital como forma de identificação;

d) Os candidatos poderão fiscalizar ou indicar um fiscal e um suplente para o acompanhamento do processo de votação e apuração;

e) O nome do fiscal e do suplente deverá ser indicados à Comissão Organizadora com antecedência mínima de 15 dias antes do dia da votação;

f) No dia da votação o fiscal deverá estar identificado com crachá.

7.7.2. Será utilizado no processo o voto com cédula.

7.7.3. Do processo de votação

a) Serão solicitados à Justiça Eleitoral o empréstimo de urnas comuns e/ou eletrônicas e o fornecimento das listas de eleitores para facilitar a condução dos trabalhos e a simples verificação do domicílio eleitoral, ocorrendo a votação manualmente.

7.7.4. Será considerado inválido o voto:

a) cuja cédula contenha mais de 1 (um) candidato assinalado;

b) cuja cédula não estiver rubricada pelos membros da mesa de votação;

c) cuja cédula não corresponder ao modelo oficial;

d) em branco;

e) que tiver o sigilo violado.

7.8. Da mesa de votação

7.8.1. As mesas de votação serão compostas por membros do CMDCA e/ou servidores municipais, devidamente cadastrados.

7.8.2. Não poderá compor a mesa de votação o candidato inscrito e seus parentes: marido e mulher, ascendentes e descendentes (avós, pais, filhos, netos...), sogro e genro ou nora, irmãos, cunhados durante o cunhadio, tio e sobrinho, padrasto ou madrasta e enteado.

7.8.3. Compete à cada mesa de votação:

a) Solucionar, imediatamente, dificuldade ou dúvida que ocorra durante a votação;

b) Lavrar a ata de votação, anotando eventuais ocorrências;

c) Realizar a apuração dos votos, lavrando a ata específica;

d) Remeter a documentação referente ao processo de escolha à Comissão Organizadora;

7.9. Da apuração e da proclamação dos eleitos

7.9.1. Concluída a votação e a contagem dos votos de cada seção, os membros da mesa deverão lavrar a Ata de Votação e Apuração, extraíndo o respectivo Boletim de Urna e, em seguida, encaminhá-los, sob a responsabilidade do Presidente da Mesa, ao Presidente da Comissão Organizadora.

7.9.2. A Comissão Organizadora, de posse de todos os Boletins de Urna, fará a contagem final dos votos e, em seguida, afixará, no local onde ocorreu a apuração final, o resultado da contagem final dos votos.

7.9.3. O processo de apuração ocorrerá sob supervisão do CMDCA.

7.9.4. O resultado final da eleição deverá ser publicado oficialmente no Site Oficial do Município, na sede do Conselho Tutelar, do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA), no Centro de Apoio aos Conselhos Social (CAC) abrindo prazo para interposição de recursos, conforme item 9.2 deste edital.

7.9.5. Os 05 (cinco) primeiros candidatos mais votados serão considerados eleitos e serão nomeados e empossados como conselheiros tutelares titulares,

ficando todos os seguintes, observada a ordem decrescente de votação, como suplentes.

7.9.6. Na hipótese de empate na votação, será considerado eleito o candidato que, sucessivamente:

I - apresentar melhor desempenho na prova de conhecimento;

II - tiver maior idade.

8. DOS IMPEDIMENTOS:

8.1. São impedidos de servir no mesmo Conselho Tutelar os cônjuges, companheiros, mesmo que em união homo afetiva, ou parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive.

8.1.1 São impedidos de servir no mesmo Conselho membros da mesma família com relação de parentesco de: marido e mulher; ascendentes e descendentes; sogro (a) e genro ou nora; irmãos; cunhados, durante o cunhadio; tio e sobrinho; padrasto ou madrasta e enteado.

a) Caso ocorra a eleição de pessoas na situação descrita no caput somente será empossado o membro da família que obtiver maior número de votos na eleição, sendo os demais membros desclassificados do pleito.

b) Em caso de desistência do membro mais votado, o subsequente será normalmente considerado na classificação do resultado da eleição.

8.2. Estende-se o impedimento do Conselheiro em relação à autoridade judiciária e ao representante do Ministério Público com atuação na Justiça da Infância e da Juventude na Comarca.

9. DOS RECURSOS:

9.1. Será admitido recurso quanto:

a) ao deferimento e indeferimento da inscrição do candidato.

b) à aplicação e às questões da prova de conhecimento;

c) ao resultado da prova de conhecimento;

d) ao resultado da avaliação psicológica;

e) à eleição dos candidatos;

f) ao resultado final.

9.2. O prazo para interposição de recurso será de 2 (dois) dias após a concretização do evento que lhes disser respeito (publicação do indeferimento da inscrição, certificação do curso de capacitação, aplicação da prova, questões da prova, publicação do resultado da prova, avaliação da redação, aplicação da avaliação psicológica, publicação do resultado da avaliação psicológica, eleição dos candidatos, publicação do resultado final).

9.2.1 O prazo será computado excluindo o dia da concretização do evento e incluindo o dia do vencimento.

9.2.2 Considera-se prorrogado o prazo até o primeiro dia útil subsequente se o vencimento cair em feriado ou em finais de semana.

9.3. Admitir-se-á um único recurso por candidato, para cada evento referido no item 8.1 deste edital, devidamente fundamentado, sendo desconsiderado recurso de igual teor.

9.4. Os recursos deverão ser entregues ao CMDCA no endereço Praça Conde de Prado s/n, centro, Barbacena, Coordenadoria de Apoio aos Conselhos (CAC)

9.5. O recurso interposto fora do respectivo prazo não será aceito.

9.6. Não serão aceitos os recursos interpostos em prazo destinado a evento diverso do questionado.

9.7. Os candidatos deverão enviar o recurso em 02 (duas) vias (original e 01 cópia). Os recursos deverão ser digitados.

9.8. Quanto ao recurso referente ao item 9.1, C deve-se observar: cada questão deverá ser apresentada em folha separada, identificada conforme modelo a seguir.

9.9. Cabe à Comissão Organizadora decidir, com a devida fundamentação, sobre os recursos no prazo de 2 (dois) dias úteis.

9.9.1 O prazo será computado excluindo o dia do recebimento do recurso e incluindo o dia do vencimento.

9.9.2 Considera-se prorrogado o prazo até o primeiro dia útil subsequente se o vencimento cair em feriado ou em finais de semana.

9.10. Da decisão da Comissão, caberá recurso ao Plenário do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente que decidirá, com a devida fundamen-

tação, em igual prazo.

9.11. O(s) ponto(s) relativo(s) à(s) questão(ões) eventualmente anulada(s) será(ão) atribuído(s) a todos os candidatos presentes à prova, independentemente de formulação de recurso.

9.12. O gabarito divulgado poderá ser alterado, em função dos recursos impetrados, e as provas serão corrigidas de acordo com o gabarito oficial definitivo.

9.13. Na ocorrência do disposto nos itens 9.9 e 9.10, poderá haver, eventualmente, alteração da classificação inicial obtida para uma classificação superior ou inferior, ou, ainda, poderá ocorrer a desclassificação do candidato que não obtiver a nota mínima exigida para a prova.

9.14. As decisões dos recursos serão dadas a conhecer aos candidatos por meio de divulgação pelo CMDCA no endereço Praça Conde de Prado s/n, centro, Barbacena, Centro de Apoio aos Conselhos (CAC). e ficarão disponibilizados durante todo o período da realização do processo de escolha.

10. DA HOMOLOGAÇÃO, DIPLOMAÇÃO, NOMEAÇÃO, POSSE E EXERCÍCIO:

10.1. Decididos os eventuais recursos, a Comissão Organizadora deverá divulgar o resultado final do processo de escolha com a respectiva homologação do CMDCA, no prazo de 2 (dois) dias.

10.2. Após a homologação do processo de escolha, o CMDCA deverá diplomar e empossar os candidatos eleitos e suplentes, no prazo de 15 dias juntamente com o Prefeito Municipal ou pelo seu representante, conforme inciso XII do art 5º da lei 3.740/03.

10.3. Após a diplomação, o CMDCA terá 48 (quarenta e oito) horas para comunicar o Prefeito Municipal da referida diplomação.

10.4. Caberá ao Prefeito Municipal nomear e empossar aos conselheiros tutelares eleitos em 10 de janeiro de 2020, data em que se encerra o mandato dos conselheiros tutelares em exercício.

10.4.1 A convocação dos conselheiros para a posse será realizada por meio de edital, a ser publicado na imprensa oficial, com antecedência mínima de 10 (dez) dias.

10.4.2 O dia, a hora e o local da posse dos conselheiros tutelares serão divulgados junto à comunidade local, afixando o convite em todos os locais onde o edital tiver sido afixado, com antecedência mínima de 10 (dez) dias.

10.5. O candidato eleito que desejar renunciar a sua vaga no Conselho Tutelar deverá manifestar, por escrito, sua decisão ao CMDCA.

10.6. O candidato eleito que, por qualquer motivo, manifestar a inviabilidade de tomar posse e entrar em exercício, nesse momento, poderá requerer a sua dispensa junto ao CMDCA, por escrito, sendo automaticamente reclassificado como último suplente.

10.7. Se na data da posse o candidato estiver impedido de assumir as funções em razão do cumprimento de obrigações ou do gozo de direitos decorrentes da sua relação de trabalho anterior, ou ainda na hipótese de comprovada prescrição médica, a sua entrada em exercício será postergada para o primeiro dia útil subsequente ao término do impedimento.

10.8. No momento da posse, o escolhido assinará documento no qual conste declaração de que não exerce outra atividade, além da função de conselheiro tutelar e de ciência de seus direitos e deveres, observadas as vedações constitucionais.

11. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS:

11.1. O processo de escolha para o Conselho Tutelar ocorrerá com o número mínimo de dez pretendentes devidamente habilitados.

11.2. Caso o número de pretendentes habilitados seja inferior a dez, o CMDCA poderá suspender o trâmite do processo de escolha e reabrir o prazo para inscrição de novas candidaturas, sem prejuízo da garantia de posse dos novos conselheiros ao término do mandato em curso.

11.3. Em qualquer caso o CMDCA envidará esforços para que o número de candidatos seja o maior possível, de modo a ampliar as opções de escolha pelos eleitores e obter um número maior de suplentes.



# BARBACENA

DIÁRIO OFICIAL ELETRÔNICO DO MUNICÍPIO DE BARBACENA - e-DOB



## BARBACENA, SEXTA-FEIRA, 26 DE ABRIL DE 2019

11.4. Os itens deste edital poderão sofrer eventuais alterações, atualizações ou acréscimos enquanto não consumada a providência ou evento que lhes disser respeito, circunstância que será comunicada em ato complementar ao edital a ser publicado no Site Oficial do município, na sede do Conselho Tutelar, do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA) e no Centro de Apoio aos Conselhos (CAC)

11.5. É da inteira responsabilidade do candidato o acompanhamento da publicação de todos os atos e resultados referentes a este processo de escolha.

11.6. A atualização do endereço para correspondência é de inteira responsabilidade do candidato e deverá ser feita, mediante protocolo, no endereço: Praça Conde de Prado s/n, centro, Barbacena, Centro de Apoio aos Conselhos (CAC)

11.7. Os documentos apresentados pelo candidato durante todo o processo poderão, a qualquer tempo, ser objeto de conferência e fiscalização da veracidade do seu teor por parte da Comissão Organizadora, e no caso de constatação de irregularidade ou falsidade, a inscrição será cancelada independentemente da fase em que se encontre, comunicando o fato ao Ministério Público para as providências legais.

11.8. As ocorrências não previstas neste edital, os casos omissos e os casos duvidosos serão resolvidos, com a devida fundamentação, pela Comissão Organizadora.

11.9. Todas as decisões da Comissão Organizadora ou do Plenário do CMDCA serão devidamente fundamentadas.

11.10. Os membros escolhidos como conselheiros tutelares titulares e os suplentes, submeter-se-ão a

estudos sobre a legislação específica, as atribuições do cargo e aos treinamentos práticos necessários, promovidos por uma comissão ou instituição pública ou privada, sob a responsabilidade do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente e da Secretaria à qual está vinculado.

### ANEXO II CRONOGRAMA

EVENTO	DATA PREVISTA
PUBLICAÇÃO DO EDITAL / REGULAMENTO	26/04/19
INSCRIÇÃO DOS CANDIDATOS	13:05 a 14:06
RELAÇÃO PROVISÓRIA DOS CANDIDATOS INSCRITOS	24/06
PRAZO PARA IMPUGNAÇÃO DOS CANDIDATOS	25 e 26/06
APRESENTAÇÃO DE DEFESA	27 e 28/06
PRAZO PARA JULGAMENTO DOS RECURSOS	01 a 04/07
RELAÇÃO DEFINITIVA DE CANDIDATOS INSCRITOS	05/07
REALIZAÇÃO DA PROVA / DIVULGAÇÃO DO GABARITO	04/08
PRAZO PARA RECURSO QUANTO AO GABARITO	05 e 06/08
PRAZO PARA JULGAMENTO DOS RECURSOS	07 a 09/08
DIVULGAÇÃO DOS CANDIDATOS APROVADOS	12/08
PROCESSO DE ELEIÇÃO/ DIVULGAÇÃO DO RESULTADO	06/10
CERIMÔNIA DE POSSE DOS CONSELHEIROS ELEITOS	10/01/2020

### ANEXO III MODELO RECURSO

Processo de Escolha do Conselho Tutelar do Município de Barbacena

Candidato: \_\_\_\_\_

Nº. do Documento de Identidade: \_\_\_\_\_

Nº. de Inscrição: \_\_\_\_\_

Nº. da Questão da prova: \_\_\_\_\_ (apenas para recursos sobre o item 9.1 "c")

Fundamentação: \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_

Data: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

Assinatura: \_\_\_\_\_

### ANEXO IV CONSELHO TUTELAR REQUERIMENTO DE INSCRIÇÃO - Nº \_\_\_\_\_

Exmº Srº Presidente do CMDCA de Barbacena, MG,

Eu, \_\_\_\_\_, abaixo qualificado, venho requerer a minha inscrição no processo para escolha de Conselheiro Tutelar, conforme edital nº01/2019- CMDCA.

Identidade \_\_\_\_\_ CPF \_\_\_\_\_

Naturalidade \_\_\_\_\_ Apelido \_\_\_\_\_

Filiação Pai \_\_\_\_\_

Mãe \_\_\_\_\_

Data de Nascimento \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_ Estado Civil \_\_\_\_\_

Endereço Rua \_\_\_\_\_ Bairro \_\_\_\_\_

Cidade \_\_\_\_\_ Telefone \_\_\_\_\_

Declaro estar ciente das normas descritas no edital e em anexo entrego os documentos exigidos no item 2.1.

Barbacena, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ 2019.

Assinatura \_\_\_\_\_

CONSELHO TUTELAR DE BARBACENA  
COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO - Nº \_\_\_\_\_

Nome: \_\_\_\_\_

